Distrito Federal. Inexistência de circulação de mercadoria. Não ocorrência da hipótese de incidência do ICMS. Recurso extraordinário não conhecido.

Partes

RECTE. : ESTADO DE SÃO PAULO

RECDO. : ALVI - SERVIÇOS MÉDICOS RADIOLÓGICOS S/C LTDA.

O mesmo entendimento foi esposado no RE-203502/SP, relativamente à importação por pessoa física de bens para seu serviço, conforme ementa que também passo a reproduzir:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO- RE-203502 / SP

Relator(a): Min. MOREIRA ALVES

Publicação: DJ DATA-15-03-02 PP-00048 EMENT VOL-02061-03 PP-00455

Julgamento: 18/12/2001 - Primeira Turma

EMENTA: - ICMS. Importação de bens por pessoa física para a prestação de seus serviços. - O Plenário desta Corte, ao julgar o RE 185.789, que versava hipótese análoga à presente, assim decidiu, por entender que, tendo a incidência do ICMS na importação de mercadoria como fato gerador operação de natureza mercantil ou assemelhada, é inexigível esse imposto quando se tratar de bem importado por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte dele: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMPORTAÇÃO DE BEM POR SOCIEDADE CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO DO ICMS POR OCASIÃO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. IMPOSSIBILIDADE." Recurso extraordinário não conhecido.

Partes

RECTE. : ESTADO DE SÃO PAULO

ADVDO. : MARGARIDA MARIA PEREIRA SOARES

RECDO. : LAURO TEIXEIRA DOS SANTOS

ADVDO. : VICTOR HUGO ALBERNAZ E OUTROS

Tal entendimento, s.m.j., deixou de prevalecer com a nova redação dada à alínea a do inciso IX do artigo 155 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 33, de 11.12.2001, que especificou que o ICMS incide:

“sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço”.

Ocorre que o fato em questão deu-se sobre a égide da anterior redação do dispositivo constitucional e, tendo em vista a interpretação da norma pela nossa máxima corte judiciária, tenho que a lide encontrou seu fim, com razão reconhecida à recorrida.

Tomar como razão de decidir a interpretação do Pretório Excelso implica em tomar motivação aperfeiçoada, eis que advinda da contínua apreciação da *quaestio júris*, que se apresenta pacificada durante a vigência do ordenamento jurídico em certo tempo, como no caso vertente.

Porém, antes de concluir, e conforme relatado acima, vimos que na peça recursal a D. Representação Fiscal levantou a questão da apreciação de inconstitucionalidade de dispositivo de Lei por Tribunal Administrativo, a qual foi amplamente debatida na conhecida Questão de Ordem Regimental suscitada pelo i. juiz Dr. Antonio Carlos da Silva.

Assim, creio oportuno reviver o assunto posto na Questão de Ordem, cujo voto vencedor foi expandido pelo culto e sábio juiz Relator Dr. Adermir Ramos da Silva, do que resultou a seguinte interpretação: O Egrégio Tribunal de Impostos e Taxas por qualquer de suas Câmaras é competente para deixar de aplicar lei inconstitucional ou ilegal em caso concreto.

Bebeu o i. relator, ao elaborar seus fundamentos, nas mais altas e conceituadas fontes doutrinárias do Direito Administrativo pátrio, nascidas do elevado pensar dos festejados mestres Hely Lopes Meirelles e José Frederico Marques.

Destaco, somente para avivar o sentido dos nobres pares que hoje compõem este E. Tribunal, bem como de todos os intervenientes no Processo Administrativo Contencioso Tributário, excerto da motivação exarada na referida Questão de Ordem, onde se dispôs: